

Amar a Pátria mais do que a própria Alma: Corrupção, Conflito e Liberdade em Maquiavel

Loving your fatherland more than your own soul: Corruption, Conflict and Liberty in Machiavelli

 10.21680/1983-2109.2022v29n58ID25043

Jean Felipe de Assis

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

 0000-0001-9292-9228

jeanfelipec@hcte.ufrj.br

Resumo: A corrupção, inexorável nos regimes políticos e nos costumes sociais, pode ser a condição para a restauração da cidade ou a causa de sua ruína, adquirindo contornos ambíguos e ambivalentes em muitas passagens do corpus Maquiaveliano. Ela pode ser utilizada para conquistar o domínio, embora cause grandes dificuldades para a sua manutenção, mas também incentivada para o enfraquecimento das instituições com a finalidade de aumentar os benefícios das facções em disputas em uma cidade. Desse modo, o crescimento da corrupção, um mal social, destrói a civilidade e perverte os costumes dos cidadãos, subjugando a liberdade. O amor à pátria deve incentivar contínuas batalhas à corrupção, abolindo as facções mediante conflitos que visem à satisfação de todos os cidadãos para a manutenção da liberdade. Analisar-se-ão passagens significativas no corpus de Maquiavel sobre a corrupção (P. VII; D. I.10;16;17;18;29; IF. III.5); discutir-se-ão algumas consequências da corrupção e algumas formas de conter seus efeitos ao fundar novas ordens ou refundar a partir dos princípios norteadores de um regime existente; e, por fim, apresentar-se-á a relevância do pensamento do secretário florentino sobre a corrupção nos pensamentos republicanos modernos e contemporâneos.

Palavras-chave: Maquiavel; Corrupção; Liberdade; Conflito; Facções.

Abstract: Corruption, inexorable in political regimes and social customs, may be a condition for restoring a city or the cause of its ruin, therefore, it acquires ambiguous and ambivalent nuances in many passages in Machiavelli's corpus. Corruption may be used to obtain dominion, although it causes great difficulties for maintaining it; corruption may also weaken institutions aiming at increasing benefits to particular factions in contention inside a city. Consequently, corruption expansion, a social evil, destroys civility and perverts social customs, subduing freedom. Loving the homeland must encourage continuous battles against corruption, by diminishing civil factions through conflicts that attempt to satisfy all citizens while preserving liberty. This essay analyses relevant passages on corruption in the Machiavelli corpus (P. VII; D. I.10; 16; 17; 18; 29; IF. III.5); it examines some consequences of corruption and their effects when founding new orders or reformulating an existing regime from preexistent principles are necessary; it discusses the relevance of Florentine secretary's thought about corruption in modern and contemporary republican thoughts.

Keywords: Machiavelli; Corruption; Liberty; Conflict; Factions.

Recorrer a dicionários das línguas neolatinas para enfatizar a polissemia e os usos correntes de vocábulos relacionados ao campo semântico da corrupção atesta não apenas as diversas manifestações dos temas, mas a necessidade de uma especificação dos contextos e da pragmaticidade do discurso (Ménessier 2013, p. 51-60.; Miller, 2018; Pasquino, 2004, p. 291-293; Taranto, 2001, p. 41-57; Breschi, 1988, p. 707-735). O significado de deterioração, alteração e depravação é atestado nas variantes latinas de *corruptio*, -onis. Em seu sentido verbal, derivado de *corrumpo*, -is, -ere, -rupi, -ruptum, relaciona-se a: arrebentar, quebrar, destruir, romper. Em âmbito figurado, portanto, associa-se a corromper, estragar, deteriorar e, em alguns casos, a adulterar e a falsificar (Faria, 1962, p. 255). Observa-se que as raízes latinas indicam uma transformação de um estado anterior de maneira abrupta, rompendo algumas estruturas subjacentes e, por extensão, adulterando uma proposta originária.

Mediante variados processos diacrônicos, as raízes destacadas são apresentadas nos escritos de Maquiavel, mesclando o sentido mais próximo do tema verbal latino, em que mudanças, transformações ou alterações drásticas ocorrem; também um processo de degradação dos costumes com conotações morais associadas a uma depravação de propostas anteriormente pensadas; e, por fim, uma forma institucionalizada de práticas civis que privilegiem interesses próprios e particulares em detrimento do bem comum e da liberdade – essa vista como resultante de um processo civil participativo que estimule as práticas adequadas para o bem estar da população, incluindo, a defesa física da cidade contra seus inimigos internos e externos. Desse modo, a constatação de Maquiavel sobre a existência de uma profunda corrupção em seu tempo, desvela enfraquecimentos civis em todos os níveis da sociedade: nas legislaturas, nas magistraturas, nos regimes, nos costumes, nas práticas religiosas e na organização militar.

Em suas analogias naturalistas, sobre a dinâmica da constante matéria em movimento e do corpo humano, Maquiavel prescreve a necessidade de um tratamento para cada um dos níveis de corrupção nas terras itálicas, visando à reinserção da *Virtù* a partir de exemplos individuais e de ordenações civis adequadas. Não há um regime político, em seus meios de institucionalização normativa, perfeito – completo, acabado (Faria, 1962, p. 725-726). A imperfeição dos regimes reside justamente nas inerentes e nas inexoráveis alterações ocorridas em todos os níveis da prática social, das quais decorre a carência de adaptações constantes que refundem a ordenação civil a partir de ações plenas de

Virtù, seja por indivíduos, seja pela civilidade. A corrupção é, ao mesmo tempo, a causa da ruína e a possibilidade de restauração das ordenações civis – essa última a partir da satisfação dos humores de todos os cidadãos e do retorno aos princípios fundadores de uma sociedade que preserve a liberdade ao evitar a submissão e a tirania. A corrupção, ao associar-se às coisas humanas, em contínuos movimentos, é inerente aos sistemas políticos e decorrente das práticas civis. Desse modo, ela pode ser a condição para a restauração da cidade ou a causa de sua ruína, adquirindo contornos ambíguos e ambivalentes em muitas passagens do corpus Maquiaveliano.

Ilustra-nos um sentido positivo da corrupção da ordem as analogias propostas em sua Comédia Mandragola. Lucrezia, descrita por Calímaco como afastada de todas as distrações dos jovens, reclusa em casa, sem participar de nenhum dos prazeres e nenhuma das festas da vizinhança, é vista como um alvo difícil de ser alcançado. Todavia, ainda que todos os servos possam tremer diante dela, busca-se alcançar algum meio de efetivar uma corrupção¹. Ora, no desvelar da intriga cômica, todos possuem a satisfação de seus desejos, portanto, a destruição das organizações materiais e os desvios das normas sociais são vistos como meios de se obter a glória nas metonímias do encontro amoroso, das relações posteriores estabelecidas entre os cidadãos e dos modos de adaptar as ações civis, os ritos religiosos e os hábitos sociais.

Todavia, a corrupção das leis, dos costumes, das magistraturas, das armas e dos regimes políticos é a causa primordial da degradação, da decadência, da destruição e da submissão das cidades italianas. Essas comuna não conseguem gerir adequadamente suas atividades políticas devido à ambição desmedida daqueles que priorizam seus interesses pessoais e não desejam a liberdade – entendida como um meio de organização livre com a participação de todos os cidadãos nos diversos níveis da estrutura social e também como a possibilidade de uma gestão pública própria sem o controle de estrangeiros. Conforme constatado nos *Decennali* e nas Histórias de Florença, devido às facções e brigas internas, as terras itálicas estavam desoladas, débeis, cheias de mortes e de sangue².

Desse modo, apresentam-se: uma passagem no capítulo VII do Príncipe, em que a corrupção pode ser usada para a obtenção de império e de domínio, mas

¹ M. I.1. "CALLIMACO Ahimè! Nessuna o poche. E dicoti: In prima mi fa la guerra la natura di lei, che è onestissima e al tutto aliena dalle cose d'amore; avere el marito ricchissimo, e che al tutto si lascia governare da lei, e, se non è giovane, non è al tutto vecchio, come pare; non avere parenti o vicini, con chi ella convenga ad alcuna veggghia o festa o ad alcuno altro piacere, di che si sogliono delectare le giovane Delle persone mecaniche non gliene capita a casa nessuna; non ha fante né famiglio, che non tremi di lei in modo che non ci è luogo ad alcuna corruzione."

² Dec. I.1-6. "Io canterò l'italiche fatiche, / seguite già ne' duo passati lustri / sotto le stelle al suo bene inimiche. / Quanti alpestri sentier, quanti palustri / narrerò io, di sangue e morti pieni, / pe 'l variar de' regni e stati illustri!"

também indicando a grande dificuldade para a sustentação do poder obtido; trechos significativos do primeiro livro dos *Discorsi* (D.I. 10; 16; 17; 18; 29) em que as dificuldades de uma população manter sua liberdade devido à corrupção são expressamente avaliadas, além de uma condenação clara aos regimes tirânicos, nos quais as destruições das ordenações civis impedem o cultivo de um conflito dinâmico entre as parcelas que compõem a população de uma cidade para a satisfação dos humores, visto existir a prevalência de interesses privados; por fim, uma análise de uma passagem significativa nas Histórias Florentinas (IF. III.5) em que as ideias centrais de Maquiavel são expostas mediante um discurso de autoria desconhecida em que a corrupção das leis, das magistraturas e dos costumes é vista como a causa primordial do enfraquecimento civil e da submissão de Florença devido às constantes lutas entre as facções da cidade. Após essas considerações exegéticas, algumas avaliações sobre a noção de corrupção no pensamento de Maquiavel são expostas, dialogando com estudos contemporâneos sobre esse tema em contextos democráticos e capitalistas.

Observa-se, portanto, como o chamado a simular e a dissimular, os usos da forças e da astúcia e até mesmo a utilização de métodos extraordinários devem ser entendidos como medidas necessárias em alguns contextos políticos, mas os abusos dessas práticas, sobretudo quando essas visam à obtenção de benefícios pessoais que não favoreçam o bem comum, devem ser evitados, pois deterioram as bases de sustentação civil da sociedade, deturpam os costumes e pervertem as boas leis. A corrupção é inerente a todo regime político e a toda organização social, pois as coisas humanas estão em constante transformação. Não há uma regra universal para conter as ações da corrupção e preservar a liberdade, visto que todas as práticas devem se adequar à população (matéria), aos regimes (forma), às circunstâncias e aos tempos. Após uma breve discussão sobre as análises exegéticas nos textos de Maquiavel, a modo de considerações finais, discute-se a relevância do pensamento do secretário florentino sobre a corrupção nos pensamentos republicanos modernos e contemporâneos.

A CORRUPÇÃO À LUZ DA HISTÓRIA DE FLORENÇA E DAS REFLEXÕES POLÍTICAS NOS DISCORSI

Ao discorrer sobre os principados novos e como o acesso ao poder pode ser obtido por armas alheias, Fortuna e dinheiro, Maquiavel ressalta que alguns

imperadores obtiveram o comando ao corromper alguns soldados³. Ora, deduz-se que a passagem de cidadãos privados ao principado não teve muita dificuldade; por outro lado, a manutenção dessa posição é extremamente árdua. A corrupção, elemento central nessa exposição, desvela como os humanos são volúveis e instáveis, assim, conseqüentemente a base de sustentação do poder obtido⁴; os governos adquiridos nessas circunstâncias não podem subsistir por não possuírem "barbas", i.e., idade suficiente, raízes profundas – nas primeiras adversidades serão desfeitos⁵; a ausência do cultivo da adequada Virtù para a obtenção do posto torna ainda mais difícil que esses governantes consigam efetivar o necessário para a manutenção do império de maneira "sadia"⁶. Mostra-se, portanto, como a corrupção pode ser explorada para a mudança de regimes políticos; todavia, em contexto em que os costumes e as leis são enfraquecidos, os modos usados para a fundação da ordem impedem que as reformas necessárias sejam obtidas com êxito no decorrer da vida civil, a não ser que meios extraordinários sejam utilizados, conforme os exemplos de Francisco Sforza e César Bórgia indicam.

No primeiro livro dos Discorsi, a temática da corrupção aparece destacada em momentos-chaves da argumentação do autor: os fundadores de uma República são louvados e aqueles que exercem uma Tirania são vilipendiados; a dificuldade de uma população habituada a viver sob um príncipe em manter sua liberdade durante uma mudança de regime; uma população corrompida mantém sua liberdade com grandes dificuldades; as maneiras pelas quais a liberdade pode ser mantida na reordenação ou na não reordenação das ordens civis; por fim, na discussão referente às ingratidões de uma população e de um príncipe (D.I. 10; 16; 17; 18; 29). Mostra-se, portanto, como o desenvolvimento argumentativo de Maquiavel indica-nos uma relação constante entre as formas de ordenação de um regime, suas corrupções inerentes e a manutenção de uma liberdade conquistada. As ordenações civis, assim que são estabelecidas, sofrem transformações que podem alterar significativamente as bases de suas fundações. Desse modo, os combates às corrupções devem ser travados nos atos de governo, nas legislações,

³ P. VII. [...] "ma tutte le difficoltà nascono quando sono posti. E questi tali sono, quando è concesso ad alcuno uno stato o per danari o per grazia di chi lo concede:" [...] "come erano fatti ancora quelli imperatori che, di privati, per corruzione de' soldati, pervenivano allo imperio".

⁴ P. VII. "Questi stanno semplicemente in sulla volontà e fortuna di chi lo ha concesso loro, che sono dua cose volubilissime et instabili".

⁵ P. VII. "non possano, perché non hanno forze che li possino essere amiche e fedeli. Di poi, li stati che vengano subito, come tutte l'altre cose della natura che nascono e crescono presto, non possono avere le barbe e corrispondenze loro in modo, che 'l primo tempo avverso le spenga;"

⁶ P. VII. Entre as ações necessárias, gerar uma confiança nas novas formas de governo a serem estabelecidas. "non sanno, perché, se non è uomo di grande ingegno e virtù, non è ragionevole che, sendo sempre vissuto in privata fortuna, sappi comandare; non possano, perché non hanno forze che li possino essere amiche e fedeli."

nas ações civis e nos costumes dos humanos. O desejo pela liberdade, independente do regime, exige uma exaltação aos meios de fundar, manter e reordenar bons governos. Ademais, boas leis e bons costumes devem propiciar as adequações necessárias às inerentes transformações das circunstâncias. A corrupção é latente e perpassa variados níveis do tecido social, devendo ser controlada para que não aniquile o vigor dos cidadãos e torne os regimes políticos débeis. Assim, os desvios podem ser tão profundos que as repúblicas livres, ao desejarem manter essa liberdade e expandir seus domínios, podem obter um grande mal: a tirania (D. I.29). Maquiavel argumenta que para manter a liberdade em qualquer regime, deve-se tomar novas atitudes todos os dias para conter as consequências da corrupção.

Ao descrever as transformações políticas na Roma antiga, em especial a passagem do regime republicano para o império, Maquiavel ressalta que os louvores obtidos por Júlio César são decorrentes de uma corrupção da avaliação dos escritores, visto que esses focalizavam a Fortuna desse personagem e a longa vida do império⁷. Por outro lado, as críticas direcionadas a César podem ser observadas naqueles escritores que não estavam sob o fascínio dos eventos e tampouco sob a patronagem da família Iulia. Desse modo, salienta Maquiavel que os imperadores que viveram de acordo com as leis romanas foram amplamente louvados, enquanto que os imperadores celerados não puderam se salvar mesmo com a ajuda de grandiosos exércitos⁸. O estudo da história, portanto, desvela, aos príncipes, os exemplos a serem imitados. Ademais, indica também os efeitos da degeneração da boa ordenação civil, visto que mesmo aqueles que seguiam uma boa conduta eram vítimas de uma corrupção introduzida por seus antecessores, e.g., Galba e Pertinax⁹.

Na mesma passagem, Maquiavel considera a possibilidade de fundar um bom governo, não pela ancestralidade ou pelo direito de nascença, mas pela adoção ao cargo imperial em Roma, visto que os dados históricos corroboram essa assertiva. Nesse contexto, sem citar casos específicos que sustentasse sua exposição, Maquiavel descreve o governo bom: "um príncipe seguro no meio de cidadãos seguros; um mundo repleto de paz e de justiça; um Senado com sua autoridade e magistrados com suas honras; os cidadãos cobertos de riquezas; a

⁷ D. I.10 "Né sia alcuno che s'inganni, per la gloria di Cesare, sentendolo, massime, celebrare dagli scrittori: perché quegli che lo laudano, sono corrotti dalla fortuna sua, e spauriti dalla lunghezza dello imperio, il quale, reggendosi sotto quel nome, non permetteva che gli scrittori parlassono liberamente di lui."

⁸ D. I.10 "Vedrà ancora come a Caligola, Nerone, Vitellio, ed a tanti altri scelerati imperadori, non bastarono gli eserciti orientali ed occidentali a salvarli contro a quelli inimici che li loro rei costumi, la loro malvagia vita, aveva loro generati."

⁹ D. I.10 "[...]Galba e Pertinace, fu morto da quella corruzione che lo antecessore suo aveva lasciata nei soldati"

nobreza e a Virtù exaltadas; em toda a parte a tranquilidade e o bem¹⁰. Por outro lado, destaca ainda: "todo rancor, toda licença, [a] corrupção e [as] ambições são afastadas"¹¹. De fato, conclui Maquiavel que os tempos áureos seriam instaurados, nos quais qualquer pessoa poderia possuir e defender a opinião que desejasse; o mundo estaria triunfante; o príncipe estaria pleno de reverência e de glória, o povo repleto de amor e de segurança¹². Descreve, portanto, um tempo idílico em que o governo expressaria uma harmonia entre todas as camadas populacionais, a satisfação de seus humores e a obtenção de suas ambições visariam a defesa da segurança e da liberdade de todos os cidadãos. Por outro lado, ao comparar com outros imperadores, retrata Maquiavel guerras atrozes; discórdias e sedições; atos cruéis, seja na paz ou na guerra; príncipes mortos ao ferro; inúmeras guerras civis e batalhas externas¹³. Em seu ato comparativo com os antigos, Maquiavel considera a Itália meio a sérios infortúnios, aflita, saqueada e destruída. Somente um príncipe, em tamanha corrupção das ordens, dos costumes e das ações, desejando a glória do mundo, buscaria o governo para reordenar todas as coisas e não para se aproveitar dessa calamitosa situação.

À semelhança das propostas platônicas¹⁴, a corrupção das ordenações civis está em direta conexão com as ações e com os costumes individuais. Nesse contexto, fundar, manter e reformar os governos são atos integrantes da prática política diante da inexorabilidade da corrupção, pois somente na constante vigilância e pelas ações adequadas torna-se possível conservar a liberdade. Assim, todas as formas de reintroduzir a Virtù, mediante indivíduos e legislações civis, devem ser utilizadas no combate à corrupção das ordens civis e das consequentes práticas humanas, almejando a segurança da cidade e a glória, mesmo após a morte. Desse modo, novamente a ecoar a República platônica, as reputações dos tiranos tornam a esses odiáveis e execráveis, vivendo em perenes angústias e lembrados por infames¹⁵.

As relações entre as concepções de liberdade e a corrupção das ordens civis são amplamente expressas nas dificuldades que um povo possui em manter-se

¹⁰ D. I.10 "Perché, in quelli governati da' buoni, vedrà un principe sicuro in mezzo de' suoi sicuri cittadini, ripieno di pace e di giustizia il mondo; vedrà il Senato con la sua autorità, i magistrati co' suoi onori; godersi i cittadini ricchi le loro ricchezze, la nobilità e la virtù esaltata; vedrà ogni quiete ed ogni bene;"

¹¹ D. I.10 "dall'altra parte, ogni rancore, ogni licenza, corruzione e ambizione spenta"

¹² D. I.10 "vedrà i tempi aurei, dove ciascuno può tenere e difendere quella opinione che vuole. Vedrà, in fine, trionfare il mondo; pieno di riverenza e di gloria il principe, d'amore e sicurtà i popoli."

¹³ D. I.10 "Se considererà, dipoi, tritamente i tempi degli altri imperadori, gli vedrà atroci per le guerre, discordi per le sedizioni, nella pace e nella guerra crudeli: tanti principi morti col ferro, tante guerre civili, tante esterne"

¹⁴ Rep. II-III. Ao buscar defender que a justiça seja preferível à corrupção, Sócrates discute as origens da polis e os processos educativos, sobretudo na famosa analogia existente entre a população e a alma dos indivíduos.

¹⁵ D.I.10; Rep. IX. No caso de Maquiavel, sentença o autor sobre as duas vias possíveis àqueles que desejam o poder: "l'una che li fa vivere sicuri, e dopo la morte li rende gloriosi; l'altra li fa vivere in continove angustie, e, dopo la morte, lasciare di sé una sempiterna infamia"

livre, interna e externamente, após ter estado sob o governo de um príncipe centralizador. Compara-se essa população a um animal, feroz e silvestre, que tenha permanecido em estado de servidão e alimentado em um cárcere. Desse modo, ao ser posto em liberdade, esse animal não saberia sobreviver e sequer teria forças para fugir de seus predadores¹⁶. Ao fim da analogia, declara-se que um povo acostumado a viver sob o governo de outros, sem saber os meios de racionalização das defesas e das ofensas públicas, desconhecendo os princípios e tampouco sendo conhecido por esses¹⁷, irremediavelmente, sucumbirá a um jugo ainda mais cruel do que aquele ao qual estava submetido anteriormente. Ademais, salienta Maquiavel que, na população em que a corrupção entrou em todas as partes, não há possibilidade de um viver em liberdade (*vivere libero*). As tentativas de reorganização social enfrentam novos e antigos inimigos, aqueles que desejam benefícios da tirania, das desordens e das ações malévolas. As Repúblicas e as Monarquias devem prestar grande atenção a esses inimigos, para eliminar as facções e conter os ódios civis que possam ser instaurados, mas também os desejos de vingança daqueles que defendem as novas ordens. Assim, conclui Maquiavel que a fundação, a manutenção e reordenação das ordens civis somente podem ocorrer em populações que não estejam totalmente corrompidas pelas ambições tirânicas, pelos benefícios de uma tirania, pelos desejos de vingança, pela prioridade dada às facções.

A corrupção deve ser combatida em todos os níveis para a preservação da liberdade, visto que as dificuldades para as necessárias e constantes reformas das ordenações civis crescem à medida que as legislações, as práticas civis e os costumes sociais reverberam as repercussões de atos corrompidos. Ao descrever a situação romana, Maquiavel recorre, novamente, a uma imagem: a retirada da cabeça corrompida (*capo*) enquanto o torso (*busto*) ainda estava inteiro, possibilitava aos antigos romanos a serem facilmente ordenados e a viverem livres. Ora, referia-se às corrupções existentes na monarquia romana dos Tarquínios, as quais não haviam sido espalhadas para toda a população. Na transição entre o período monárquico e republicano na Roma antiga, portanto, a corrupção existente nos monarcas não impedia uma reformulação civil. Por outro lado, após a morte dos imperadores – lista César, Calígula e Nero – foi impossível

¹⁶ D.I.16 "perché quel popolo è non altrimenti che un animale bruto, il quale, ancora che di natura feroce e silvestre, sia stato nutrito sempre in carcere ed in servitù; che dipoi lasciato a sorte in una campagna libero, non essendo uso a pascersi, né sappiendo i luoghi dove si abbia a rifuggire, diventa preda del primo che cerca rincatenarlo".

¹⁷ D. I.16 "Questo medesimo interviene a uno popolo, il quale, sendo uso a vivere sotto i governi d'altri, non sappiendo ragionare né delle difese o offese pubbliche, non conoscendo i principi né essendo conosciuto da loro, ritorna presto sotto uno giogo, il quale il più delle volte è più grave che quello che, poco inanzi, si aveva levato d'in sul collo".

à Roma "manter e dar um princípio de liberdade"¹⁸. Ao considerar as transformações entre esses dois períodos históricos, Maquiavel atesta que esses resultados díspares ocorreram devido aos diferentes níveis de corrupção: no período dos Tarquínios, o povo não estava todo corrompido; no império, a corrupção estava em seus maiores níveis¹⁹. As leis, os costumes, as práticas e as concepções eram tão diferentes que apenas um exemplo de Virtù poderia inspirar toda a população no passado remoto, enquanto o apoio de muitos cidadãos não afastava o medo do povo durante o império – exemplifica esse caso com a família Brutus, respectivamente, na expulsão dos reis de Roma e no assassinato de Júlio César.

A corrupção civil instaurada por Caio Mário, e capitaneada posteriormente por César, cegava e debilitava o povo romano. Assim, todo o corpo civil estava tão corrompido que não haveria possibilidade de uma restauração da liberdade. Grande felicidade para os romanos antigos foi a expulsão dos reis corruptos, pois impediu que seus hábitos e costumes fossem adquiridos por todos, "penetrasse nas vísceras da cidade"²⁰. Até mesmo os tumultos civis e os escândalos foram benéficos para a ordenação civil – tese importante do autor sobre a satisfação dos humores. Conclui: quando a matéria não é corrupta, os tumultos não são maléficos; quando a matéria é corrupta, até mesmo as leis bem ordenadas não prosperam, a não ser com usos de extrema força²¹. Sem sanar as marcas profundas da corrupção da população, a matéria por meio da qual a forma de governo – república ou império – será constituída, somente momentos excepcionais, com indivíduos de rara Virtù, permitiriam algum sucesso civil. O domínio proposto por um regime, sem participação da população, redundava em uma corrupção que impede a vida civil livre devido à desigualdade, a qual somente pode ser combatida por ações extraordinárias²².

Assume-se, portanto, que a corrupção apresenta-se de alguma forma e em algum nível em todas as cidades. Propõe-se Maquiavel não apenas a combater a corrupção e reintroduzir a Virtù nas sustentações civis, mas manter um *stato libero*. As dificuldades em fundar e manter a liberdade são grandiosas e não há

¹⁸ D.I.17 "ma, morto Cesare, morto Caio Caligola, morto Nerone, spenta tutta la stirpe cesarea, non poté mai, non solamente mantenere, ma pure dar principio alla libertà."

¹⁹ D.I.17. "e non da non essere ne' tempi de' Tarquini il popolo romano ancora corrotto, ed in questi ultimi tempi essere corrottissimo."

²⁰ D.I. 18 "Però, fu felicità grande quella di Roma, che questi rediventassero corrotti presto, acciò ne fussono cacciati, ed innanzi che la loro corruzione fusse passata nelle viscere di quella città:"

²¹ D. I. 18 "dove la materia non è corrotta, i tumulti ed altri scandoli non nucono: dove la è corrotta, le leggi bene ordinate non giovano, se già le non sono mosse da uno che con una estrema forza le faccia osservare".

²² Tais ações são mencionadas ao longo das argumentações dos Discorsi, sobretudo devido ao uso da força física ou a imposições legislativas, e.g., possibilidade de usos de fraudes em guerra (D. III. 40); defesa da pátria a todos os custos (D. III. 41); uso de audácia e da violência (D.III. 44); necessidade de novas providências diárias (D. III.49)

uma regra fixa, visto que os diferentes níveis de corrupção propiciam distintas ocasiões. A relação entre os costumes e as leis²³ insere na *Ars Política* de Maquiavel o pressuposto de que os regimes políticos, as expressões culturais, os ritos religiosos, as concepções sobre o humano e os discursos históricos estejam entrelaçados nas variadas formas de fundar, manter e reordenar o corpo civil. Assim, os costumes, as leis, as instituições devem ser adequados às circunstâncias para que possam frutificar os benefícios desejados. Por outro lado, as inevitáveis transformações ao longo do tempo podem refrear a erosão da corrupção ou expandi-la em todo o tecido social. Descreve, assim, os modos pelos quais os costumes dos antigos romanos foram transformados, aumentando a desigualdade e a discórdia na população, e como as adaptações feitas às leis serviam apenas para assegurar a manutenção de famílias, facções e indivíduos poderosos nos cargos e nas magistraturas. Se, anteriormente, qualquer cidadão valoroso poderia propor leis e efetivar mudanças, ao longo da República romana a corrupção perverteu normas, costumes e legislações, pois somente os altos magistrados puderam conduzir a coisa pública já não mais para o bem de todos e em busca de salvaguardar a liberdade, porém almejando a interesses próprios; restava ao povo, portanto, deliberar a respeito de sua própria ruína²⁴.

Assim, Roma mantinha-se em liberdade mesmo diante dos variados exemplos de corrupção por promulgar novas leis e fundar novas instituições apropriadas a cada momento²⁵. A diversidade de matéria – população em seus modos de pensar e agir – sinaliza diferentes meios pelos quais a corrupção deteriora a organização civil. Demanda-se, portanto, um constante retorno às bases de estabelecimento da ordem pública mediante legislações graduais ou transformações totais da constituição política. Todavia, Maquiavel considera muito difícil, senão impossível, que uma sociedade com altos níveis de corrupção consiga manter um regime republicano livre, tendo, em alguns casos, a preferência por um estado régio para garantir a lei e reprimir insolências.²⁶ Tal condição é resultante da dificuldade de uma reforma parcial pelo exemplo e pela

²³ D.I.18. "Perché, così come gli buoni costumi, per mantenersi, hanno bisogno delle leggi; così le leggi, per osservarsi, hanno bisogno de' buoni costumi."

²⁴ D.I.18. "Ma diventati i cittadini cattivi, diventò tale ordine pessimo; perché solo i potenti proponevano leggi, non per la comune libertà, ma per la potenza loro; e contro a quelle non poteva parlare alcuno, per paura di quelli: talché il popolo veniva o ingannato o sforzato a deliberare la sua rovina."

²⁵ D. I.18 "Era necessario, pertanto, a volere che Roma nella corruzione si mantenesse libera, che, così come aveva nel processo del vivere suo fatto nuove leggi, l'avesse fatto nuovi ordini: perché altri ordini e modi di vivere si debbe ordinare in uno soggetto cattivo, che in uno buono; né può essere la forma simile in una materia al tutto contraria".

²⁶ D.I.18 "Da tutte le soprascritte cose nasce la difficoltà, o impossibilità, che è nelle città corrotte, a mantenervi una repubblica, o a crearvela di nuovo. E quando pure la vi si avesse a creare o a mantenere, sarebbe necessario ridurla più verso lo stato regio, che verso lo stato popolare; acciocché quegli uomini i quali dalle leggi, per la loro insolenzia, non possono essere corretti, fussero da una podestà quasi regia in qualche modo frenati".

exortação de um único indivíduo de Virtú; assim também, as dificuldades de uma reforma total, nas quais as armas, a violência e os meios extraordinários devem se manifestar e, ao mesmo tempo, afastam aqueles que possuem boas intenções e agregam ambiciosos prontos a cometer atos cruéis.

No desenvolvimento argumentativo do livro terceiro das Histórias Florentinas, Maquiavel distingue os tumultos ocorridos na república romana antiga que propiciavam a união civil e aqueles ocorridos em sua amada cidade que resultavam sempre em desunião, facções e constantes instabilidades. As inimizades entre as famílias, a insuflar sempre maiores discórdias, também instauravam grandes desigualdades na composição social, civil e política da cidade. Desse modo, as disputas internas enfraqueciam as ordenações públicas e, conseqüentemente, tornavam Florença uma presa fácil a seus adversários externos. Maquiavel expõe um discurso, sem nomear diretamente a autoria, de um dos cidadãos reunidos para a reforma das ordenações civis, mesclando suas próprias concepções políticas, históricas e sociais (IF. III.5). Argumenta ainda que sanar as divisões presentes, sem cuidar que outras facções e outras formas de desunião possam emergir na sociedade, é nefasto: não tratam as causas essenciais de que esses tumultos se nutrem e não frutificam em ordenações civis adequadas ao fortalecer as facções existentes em suas respostas às tentativas inadequadas de reforma (IF. III. 6). Em ambos os casos, não eliminar a divisão civil pela instauração do amor à pátria e manter essas práticas que subjugam a liberdade, há extremos perigos para as repúblicas.

Na argumentação do discurso proferido em San Piero Scheraggio, em que cidadãos movidos pelo amor à pátria pensavam sobre as desuniões civis em Florença²⁷, há um belíssimo resumo das propostas de Maquiavel reunidas em seu corpus, e.g., poemas, escritos de chancelaria, obras discursivas, epistolografia e textos literários. Em uma análise exegética desse discurso, constatam-se as variadas formas de atuação dos regimes de governo, as características humanas em suas ações públicas, as oportunidades providas pela Fortuna e os meios de ação adequados de acordo com a Virtù, o enfraquecimento civil causado por ritos religiosos e costumes sociais nas terras itálicas, além da utilização dos textos historiográficos como modos de entendimento dos maus exemplos do passado que devem ser evitados e dos bons casos a serem imitados. Maquiavel, portanto, insere-se na história de sua cidade renunciando, em um tipo de profecia pós-evento, as conseqüências dos acontecimentos amplamente conhecidos e

²⁷ IF. III. 5 "Onde che molti cittadini, mossi dallo amore della patria, in San Piero Scheraggio si ragunorono, e ragionato infra loro assai di questi disordini"

registrados nos anais de sua cidade. Os elementos centrais do pensamento de Maquiavel estão reunidos nesse discurso, enfatizando a ambiguidade e a ambivalência dos regimes políticos, das ambições humanas, das ações públicas, assim também os meios necessários para a correta adequação das práticas de Virtù. A corrupção, percebida em todas as comune itálicas, diminui o amor à pátria e aumenta o desejo pelos interesses privados que deturpam os regimes, as leis, os costumes e toda a sociedade.

O discurso proferido distingue, de maneira clara e enfática, grupos que desejam salvaguardar o interesse público e aqueles que somente querem satisfazer objetivos privados²⁸. Em passagens que ecoam as Catilinárias de Cícero, o enunciador descreve reuniões às escuras, em quartos e gabinetes, que somente querem a destruição da ordem pública²⁹; os interlocutores, ao contrário, reúnem-se publicamente para justamente lançar luzes a esses casos, não apenas para salvaguardar momentaneamente a cidade, mas impedir que essas facções prosperem e destruam a possibilidade da defesa da liberdade. Mostra a seus ouvintes/leitores, portanto, que a ambição humana que prospera nessas facções não deseja a glória pelo amor à pátria, mas benefícios momentâneos e honras públicas³⁰. Distingue-se, portanto, uma ambição destrutiva que somente perpetua divisões, intrigas, mortes e exílios daquela que busque sanar o mal instaurado na cidade e que pensa no bem público e não nos benefícios particulares³¹.

A ausência do Império e da Igreja não proporcionou uma força civil que corrigisse a corrupção e orientasse os atos civis adequadamente, mas estimulou o aumento das divisões internas, conforme visto também em toda a Itália³². Como resultado, a cidade não é livre, visto estar dividida em profundas facções e ter se tornado uma presa fácil às ordenações de governos e comandos estrangeiros³³. Desse modo, a corrupção da ordem pública que resultou em divisões e desuniões civis é entendida como a causa primordial do caos vivenciado³⁴. De fato, constata que os cidadãos apenas se unem ao agirem contra a pátria ou para atacarem um

²⁸ IF. III. 5 "[...]molti cittadini per le logge e per le case, non per alcuna publica utilità, ma per loro propria ambizione convengano "

²⁹ IF. III.5 "giudicammo, poi che quegli che per la rovina della republica si restringono non temano"

³⁰ IF. III. 5 "Lo amore che noi portiamo, magnifici Signori, alla patria nostra ci ha fatti prima restringere e ora ci fa venire a voi per ragionare di quel male che si vede già grande e che tuttavia cresce in questa nostra republica, e per offerirci presti ad aiutarvi spegnerlo".

³¹ IF. III.5 "Il che vi potrebbe, ancora che la impresa paia difficile, riuscire, quando voi vogliate lasciare indietro i privati rispetti e usare con le publiche forze la vostra autorità"

³² IF. III. 5 "La comune corruzione di tutte le città di Italia, magnifici Signori, ha corrotta e tuttavia corrompe la vostra città;"

³³ IF. III.5 "le città di quella, non avendo un freno potente che le correggessi, hanno, non come libere, ma come divise in sette, gli stati e governi loro ordinati".

³⁴ IF. III. 5 "Da questo sono nati tutti gli altri mali, tutti gli altri disordini che in esse appariscono".

cidadão privado conjuntamente³⁵. A corrupção não se restringe aos assuntos de governo, mas perpassa considerações religiosas e costumes sociais. A extinção do temor a Deus gera desconfiança, inseguranças, meios para facilmente enganar, louvor aos que praticam o mal e desdém para os que agem com bondade³⁶. Todas as coisas que "podem ser corrompidas" e aquelas que "podem corromper" estão presentes nas terras itálicas: os jovens são ociosos, os velhos lascivos, todos os cidadãos repletos de maus costumes, as boas leis são ineficazes pelos maus usos³⁷.

Nesse contexto, a ganância não está relacionada à verdadeira glória que seria fundar e manter uma cidade livre, mas em infames honras³⁸ que produzem e se sustentam em: ódios, inimizades, desavenças e facções. Por sua vez, esse cenário resulta em: mortes, exílios, aflição dos bons e exaltação dos maus³⁹. Para sustentar tamanha desorganização social, o amor às facções e aos partidos, em que se sustenta o poder dessas facções, nutre constantemente mais divisões e discórdias, ao mesmo tempo em que proferem falsas defesas da liberdade quando, verdadeiramente, tornam a cidade cativa por seus próprios objetivos⁴⁰. Constatase, assim, que os líderes e os príncipes sustentam essa calamidade mediante variadas formas de governo e vocabulários piedosos⁴¹, utilizando de todos os meios, dentre esses a crueldade, para usurparem e para se manterem no poder⁴². Desse modo, as leis não são criadas por utilidade pública, mas para satisfazer as necessidades das facções em constantes batalhas, i.e., as guerras, os tratados de paz e as alianças são firmadas para a satisfação da parcela mais poderosa da cidade e não para o bem comum⁴³.

³⁵ IF. III. 5 "n prima non si truova intra i loro cittadini né unione né amicizia, se non intra quelli che sono di qualche sceleratezza, o contro alla patria o contro ai privati commessa, consapevoli".

³⁶ IF. III. 5 "E perché in tutti la religione e il timore di Dio è spento, il giuramento e la fede data tanto basta quanto l'utile: di che gli uomini si vagliano, non per osservarlo, ma perché sia mezzo a potere più facilmente ingannare; e quanto lo inganno riesce più facile e sicuro, tanta più gloria e loda se ne acquista: per questo gli uomini nocivi sono come industriosi lodati e i buoni come sciocchi biasimati."

³⁷ IF. III. 5 "i giovani sono oziosi, i vecchi lascivi, e ogni sesso e ogni età è piena di brutti costumi; a che le leggi buone, per essere da le cattive usanze guaste, non rimediano".

³⁸ IF. III.5 "Di qui nasce quella avarizia che si vede ne' cittadini, e quello appetito, non di vera gloria, ma di vituperosi onori".

³⁹ IF. III. 5 "dal quale dependono gli odi, le inimicizie, i dispareri, le sette; dalle quali nasce morti, esili, afflizioni de buoni, esaltazioni de tristi"

⁴⁰ IF. III. 5 "Perché il premio il quale della vittoria desiderano è, non la gloria dello avere liberata la città, ma la sodisfazione di avere superati gli altri e il principato di quella usurpato"

⁴¹ IF. III.5 "E quello che è più pernizioso è vedere come i motori e principi di esse la intenzione e fine loro con un piatoso vocabolo adonestano, perché sempre, ancora che tutti sieno alla libertà nimici, quella, o sotto colore di stato di ottimati o di popolare defendendo, opprimano".

⁴² IF. III. 5 "[...] dove condotti, non è cosa sì ingiusta, sì crudele o avara, che fare non ardischino".

⁴³ IF. III. 5 "Di qui gli ordini e le leggi, non per publica, ma per propria utilità si fanno; di qui le guerre, le paci, le amicizie, non per gloria comune, ma per sodisfazione di pochi si deliberano". Assim também: " [...] perché le leggi, gli statuti, gli ordini civili, non secondo il vivere libero, ma secondo la ambizione di quella parte che è rimasa superiore, si sono in quella sempre ordinati e ordinano".

A partir de exemplos históricos, as constantes divisões são vistas como modos de obtenção e de sustentação do poder. Ademais, possuem como corolário a submissão a poderes externos, e.g., rei Roberto e o duque de Atenas. Averigua-se que Florença não está de acordo com o modo de vida livre, mas tampouco à subserviência: não conseguem uma república e tampouco um principado em suas respectivas plenitudes⁴⁴. Devido à ambição desmedida dos estratos superiores da população, os quais estimulam a divisão para obtenção de maiores benefícios, todos cidadãos são subjugados e a própria pátria subordinada: elimina-se a liberdade em todas as mudanças inexoráveis dos tempos.

Maquiavel, em sua função de historiador comissionado a escrever sobre sua cidade, resgata um discurso de autoria desconhecida que delineia os propósitos historiográficos norteadores de sua obra: as lembranças dos acontecimentos antigos, modernos e presentes servem para sanar os males presenciados pela desordem instaurada pelas ações calamitosas da corrupção⁴⁵. Desse modo, na ausência do império e do papado, não há razão para que os antigos partidos, suas divisões e os resultados infaustos sejam restaurados. Pelo contrário, diante da possibilidade de governar a si mesma, Florença pode pensar em uma reforma dos costumes e dos modos civis que reinserir a *Virtù* mediante o cultivo do amor à pátria e não as práticas que visam aos benefícios privados⁴⁶. O amor à pátria, não os desejos particulares, é o caminho para superar a deterioração da cidade de Florença. A corrupção, de fato, é uma doença grave que aflige a todos, um veneno que mata a todos os cidadãos e promove uma raiva que consome todo o processo civil⁴⁷. Contudo, essa desorganização não está na natureza dos humanos, mas relaciona-se diretamente aos tempos em que esses vivem⁴⁸. A Fortuna propicia a ocasião para a instauração da *Virtù*, pois diante da inexorável mudança dos tempos, pode-se esperar uma melhor ordenação civil a partir da deterioração do que existia anteriormente e superar a malignidade constatada nos modos corrompidos do presente. Deve-se, portanto, frear as ambições daqueles que desejam apenas obter ganhos pessoais, mudando os costumes, as ordens e os modos que propiciam suas ações⁴⁹. Ressalta-se ainda que aqueles que desejam

⁴⁴ IF. III.5 "Non di meno in alcuno stato mai non ci riposammo, come quelli che non siamo mai stati d'accordo a vivere liberi e di essere servi non ci contentiamo".

⁴⁵ IF. III.5 "Noi non vi abbiamo ricordati i costumi corrotti e le antiche e continue divisioni nostre per sbigottirvi, ma per ricordarvi le cagioni di esse e dimostrarvi che, come voi ve ne potete ricordare, noi ce ne ricordiamo e per dirvi che lo esempio di quelle non vi debbe fare diffidare di potere frenare queste".

⁴⁶ IF. III.5 "E questa nostra republica massimamente si può, non ostante gli antichi esempi che ci sono in contrario, non solamente mantenere unita, ma di buoni costumi e civili modi riformare, pure che Vostre Signorie si disponghino a volerlo fare".

⁴⁷ IF. III. 5 "E benché la corruzione di essa sia grande, spegnete per ora quel male che ci ammorba, quella rabbia che ci consuma, quel veleno che ci uccide".

⁴⁸ IF. III.5 "e imputate i disordini antichi, non alla natura degli uomini, ma ad i tempi".

⁴⁹ IF. III. 5 "ponendo freno alla ambizione di costoro, e annullando quelli ordini che sono delle sette nutritori".

uma vida civil pautada na liberdade devem ser imitados imediatamente⁵⁰. É melhor a utilização das leis, em sua benignidade em oposição aos malefícios da corrupção, para o estabelecimento e para a manutenção da liberdade; todavia, pode-se também recorrer às armas quando necessário for⁵¹. Todavia, acima de tudo, os cidadãos devem amar a pátria mais do que a própria alma (amare la patria più dell'anima⁵²); amar os bens comuns e a glória de uma cidade livre, mais do que as benesses momentâneas das honras civis adquiridas pelas divisões.

A INEXORABILIDADE DA CORRUPÇÃO E A NECESSIDADE DO CONFLITO: A SATISFAÇÃO DOS CIDADÃOS, O AMOR À PÁTRIA E A MANUTENÇÃO DA LIBERDADE

A corrupção, conforme visto na seleção de textos no corpus de Maquiavel, é inexorável a todos os regimes políticos e todas as ordenações públicas. A partir das tensões existentes, os tumultos civis podem gerar a satisfação dos humores de todos os cidadãos, os quais mediante o amor à pátria, torna possível a conquista e a manutenção da liberdade nas atividades públicas. A disrupção da ordem é uma condição sem a qual o contínuo reformular dos regimes não seria possível; todavia, na medida em que interesses particulares incentivam as desuniões e as divisões civis, a corrupção impede as ações virtuosas, subjuga a liberdade e coloca a integridade física das cidades em risco. Não há um modo único e previamente estabelecido para sanar os malefícios da corrupção, deve-se constantemente analisar as circunstâncias e agir de acordo com a ocasião. A cidade de Florença possui casos históricos que explicam sua corrente situação infame, sobretudo ao comparar os conflitos existentes na Roma antiga: quando a corrupção pode ser contida, os conflitos civis fortalecem a cidade e sustentam as ações em prol da liberdade; por outro lado, quando a corrupção atinge grandes níveis na estrutura administrativa e na sociedade, os conflitos apenas geram inimizades, facções e desuniões que tornam as leis ineficazes e as magistraturas débeis.

Desse modo, a corrupção em Maquiavel pode ser entendida como uma oportunidade para a ação, seja na fundação de novas normas ou na restauração dos modos de atuação vigente; ao mesmo tempo, a corrupção pode limitar as ações e causar a inércia civil. As ambições humanas podem nutrir o amor à pátria ou a avareza na busca por benefícios próprios, desvelando uma intensa relação entre os costumes sociais e as legislações. Desse modo, essas ambiguidades e

⁵⁰ IF. III. 5 "e prendendo quelli che al vero vivere libero e civile sono conformi"

⁵¹ IF. III.5. "E siate contenti più tosto farlo ora con la benignità delle leggi, che, differendo, con il favore delle armi gli uomini sieno a farlo necessitati".

⁵² Referência à carta de Maquiavel a Vetori, de 16 de Abril de 1527.

ambivalências resultantes dos desejos insaciáveis dos humanos são, ao mesmo tempo, meios de salvaguardar a liberdade e formas nas quais os regimes políticos estão em perigo.

O Momento Maquiavélico, proposto por Pocock, ocorre quando uma república depara-se com sua finitude, ao buscar manter sua estabilidade política e moral em face a eventos incontroláveis e irracionais que buscam destruir suas bases de sustentação (p.viii). Assim, a corrupção sempre se apresenta e a Fortuna, eventualmente, propiciará alterações nos regimes estabelecidos, independente das ações individuais, mesmo que essas ajam com Virtù (p. 76-80). Ao comparar os momentos críticos das repúblicas inglesas e americanas, o autor constata diferentes nuances que a corrupção apresenta em contextos distintos aos escritos de Maquiavel, mas também assevera os diversos meios pelos quais atitudes revolucionárias ou ações constitucionais buscavam articular concepções virtuosas nas interfaces entre os costumes sociais e as legislaturas no combate à deterioração da ordem (Pocock, 2003, p. 577-581). Por outro lado, a corrupção pode ocasionar inércia individual e civil. Newton Bignotto propõe que a corrupção limita a ação da Virtù, especificamente em contextos nos quais nem mesmo as boas leis e os indivíduos excepcionais conseguiriam sanar seus males, restando somente uma reforma radical das ordenações civis (Bignotto, 2003 p. 74). Do contrário, não existindo uma reformulação das práticas e das propostas políticas, resta apenas "a morte do corpo político" (p. 69-82). De fato, "os limites da ação" estipulados pela corrupção, dependendo dos níveis de corrupção da cidade, inserem-se nas questões a respeito da natureza humana, nas transformações dos regimes políticos, nas concepções históricas, nos ritos religiosos e nos costumes sociais (Bignotto, 1991, p. 171-211).

Thierry Ménissier atesta a polissemia do termo corrupção no senso comum, no pensamento político e nos escritos de Maquiavel. Assim, investiga os meios pelos quais o corpus do secretário florentino apresenta uma noção de corrupção cívica e não uma proposta deontológica, dialogando com as variadas tradições do humanismo, em especial as traduções e os comentários aos escritores antigos, e.g., Aristóteles e Cícero. Todavia, ressalta Ménissier, a constante vigilância dos cidadãos é imprescindível, sobretudo na dinâmica dos interesses pessoais, das ambições e das satisfações obtidas em busca da glória nos dinamismos das transformações civis. Desse modo, atividade política, manifestações sociais e o comportamento moral estão entrelaçados nas necessidades de mudanças e nas reestruturações das ordens civis de acordo com as ocasiões.

As múltiplas manifestações e a polissemia do termo corrupção nos escritos Maquiavelianos propiciam uma familiaridade ao longo da leitura dos diferentes textos, sobretudo devido à evidência de que as ordens civis, suas instituições e seus modos de atuação estão corrompidos a ponto de instaurar uma letargia fatal. Ao perpassar costumes, regimes e formas de pensamento, a corrupção apresenta-se como uma decorrência dos inevitáveis conflitos no tecido social quando a norma vigente é rompida por interesses pessoais em detrimento do bem comum. Contudo, as coisas humanas estão sempre em movimento e, portanto, são sempre modificadas. Deve-se, portanto, recorrer a formas de restaurar os princípios fundadores a partir dos conflitos entre as variadas parcelas da população, visto que as ambições, as paixões e os interesses humanos são a força motriz tanto do amor à pátria, quanto da criação de facções. Nesse contexto, seguindo as formas dicionarizadas do termo corrupção, Ménessier descreve como o uso de meios para promover uma ação contrária a leis vigentes está conectado com um sentido de alteração, putrefação, decomposição e devassidão. Desse modo, o campo semântico do termo sugere uma avaliação prévia de uma condição e de sua posterior mudança, associando-se aos corpos políticos para a descrição de práticas coletivas que desvirtuam um padrão prévio (2103, p.53). Ménessier, elenca três áreas para a discussão filosófica a respeito da corrupção: os regimes políticos; degradação moral; utilização de meios ilegais para a obtenção de benefícios. Desse modo, o autor insere um tema platônico e aristotélico sobre a contínua transformação dos regimes no pensamento Maquiaveliano; atestam-se o enfraquecimento civil e as relações com os discursos teológicos; e, por fim, os resultados de benefícios particulares que propiciam a criação de facções, cismas e divisões na sociedade.

Ménessier resume alguns pontos centrais da argumentação de Maquiavel em que a degradação civil é atestada pela submissão das cidades italianas e pela incapacidade delas se organizarem. Destacam-se: a exortação para a expulsão dos bárbaros da península; decadência das práticas civis em comparação com os antigos; práticas religiosas e costumes sociais que enfraquecem o envolvimento civil; diminuição da autoridade do poder público devido aos interesses particulares das facções. Conclui o autor que os usos textuais da noção de corrupção nos escritos Maquiavelianos possuem uma conotação política que perpassa níveis civis e institucionais, mas também esferas morais em diversos âmbitos locais. Misturam-se, assim, conceitos que tradicionalmente são associados à "deontologia", "axiologia", "engajamento cívico" na promoção de uma ordem civil que proteja a liberdade por uma paixão patriótica que eleve os

interesses da comunidade acima das ambições pessoais (2013, p.58). Nesse contexto, há ampla discussão sobre a inexorabilidade das mudanças nos regimes e a pluralidade desses para a defesa da pátria.

Diante da interconexão entre os regimes, práticas sociais e a moralidade, Ménessier propõe um estudo das perspectivas antropológicas sustentadas nos escritos de Maquiavel, concluindo que há uma potencialidade de corrupção em todos os humanos, visto que a capacidade de satisfação não é proporcional ao desejo humano. Assim, Ménessier atesta tanto a possibilidade de uma defesa da liberdade nos tumultos, quanto a utilização desses para a satisfação particular das facções (2013, p. 61; 2017, p. 63-73). Nesse contexto, portanto, as "correções" aos costumes de uma sociedade são apresentadas por esse autor em uma dicotômica perspectiva entre um pensamento liberal e uma proposta republicana: uma intervenção heterômica mínima associada ao liberalismo; uma atribuição à sociedade e ao Estado no pensamento republicano moderno. Acredita Ménessier, em uma apropriação das ideias de Maquiavel em contextos distintos e comparando-as aos trabalhos de Hannah Arendt, Jürgen Habermas e Claude Lefort, que exista um caminho intermediário em que uma "fibra republicana" mescle-se às autonomias em "uma pluralidade democrática de valores". Conclui que Maquiavel buscava, portanto, educar politicamente seus contemporâneos para que eles combatessem os malefícios da corrupção em suas variadas esferas de atuação social.

De fato, Ménessier apresenta os matizes republicanos do pensamento de Maquiavel em defesa de uma participação cívica mais efetiva que transformasse radicalmente a situação de calamidade civil em que as terras itálicas vivenciavam. Nos dois textos analisados para a compreensão de seu pensamento sobre a corrupção em Maquiavel, o autor francês tangencia em alguns momentos outras possibilidades de regimes e de ações para a proteção da liberdade, para a ordenação social e para o combate contra a degradação civil (2013, p. 58-59; 2017, p. 59-82). Todavia, não explora amplamente a ambiguidade e a ambivalência inerentes às propostas Maquiavelianas: a ambição humana não apenas resulta na ruína da ordem civil, mas também na maior glória possível que é uma organização que proporcione o bem coletivo e preserve a liberdade da cidade. Desse modo, em Maquiavel, não prevalece uma terceira via, um meio termo, um processo intermediário, mas a coexistência de propostas aparentemente contraditórias, de perspectivas antagônicas – as quais promovem constantes conflitos e são ajustadas de acordo com ocasião. Restar-nos-ia, portanto, discutir as antinomias, expressas por Ménessier, inerentes às combinações liberais e republicanas ao

longo do pensamento moderno e contemporâneo, sobretudo os modos pelos quais evidenciam ambiguidades e ambivalências em suas propostas (Mansfield, 1989, p. 15-19; Girling, 1997).

Para Giovanni Balestrieri, em seu verbete na Enciclopedia Machiavelliana⁵³, a corrupção, entendida como declínio e desagregação de uma ordenação política, possui grande relevo no pensamento de Maquiavel. Desse modo, o agente político virtuoso busca reduzir a ação destrutiva da corrupção, ao passo em que utiliza-se da oportunidade de uma alteração para restaurar o bem comum, evitando com todas as forças a tirania. Embora utilize-se dos humores, relativos aos corpos humanos em analogia às entidades políticas, Balestrieri atesta não haver um naturalismo fatalista ou determinista em Maquiavel, visto que as alterações são constantes nos regimes e os efeitos de uma degradação podem ser evitados.

O meio de conter a ambição desmedida e a malignidade humanas, assim também seus efeitos nefastos na sociedade, é buscar satisfazer a todos os indivíduos ao inserir os mesmos em posições sociais que não os impulsionem a agir de acordo com as necessidades imediatas, mas por suas próprias decisões. Desse modo, ao resgatar a tese de Maquiavel sobre a exigência de recriar as ordenações sociais constantemente a partir da reinserção da *Virtù* nos costumes, nas legislaturas e nas práticas políticas, Balestrieri considera que as ordenações civis e as leis devem impor uma necessidade artificial – política – aos humanos, muitas vezes em oposição aos seus impulsos naturais. Por fim, assumindo que as ambições particulares desmedidas são impulsionadoras para a degeneração da ordem civil, meios extraordinários podem ser usados, com o cuidado para que esses não cometam violências excessivas, destruam a liberdade interna de uma cidade e resultem em tirania.

Ricardo Breschi também assevera a centralidade do tema da corrupção no pensamento político maquiaveliano, especificamente nas propostas de imitação dos antigos romanos e na importância de retornar aos princípios norteadores de um regime diante da decadência e da corrosão de uma ordenação estabelecida. A sociedade civil, inerentemente marcada por "equilíbrios precários", presencia conflitos salutares para a manutenção da liberdade (Breschi, 1988, p. 708-709), quando esses propiciem a satisfação dos desejos e das ambições humanas (p. 715-717), ou ela manifesta dissensões que favorecem facções que propaguem diferentes níveis de corrupção (p. 710-712). Breschi descreve como diferentes contextos e

⁵³ Giovanni G. Balestrieri. Corruzione. In: Enciclopedia Machiavelliana (2014). Acesso https://www.treccani.it/enciclopedia/corruzione_%28Enciclopedia-machiavelliana%29/ 31 de Março de 2021, 23:47

diferentes níveis de corrupção exigem ações diversas em uma pluralidade de regimes políticos a serem utilizados, inclusive ações extraordinárias e formas mistas para eliminar as corrupções das leis e dos costumes, i.e., das ordens e dos modos (p. 725-726). Dentre as consequências da corrupção, a profunda desigualdade e o afastamento dos populares das magistraturas possibilitam o surgimento de ociosidades e de elitismos que serão defendidos por interesses próprios e não para o bem comum. A estreita relação entre os costumes e as leis delimita a inevitabilidade das transformações, visto que as ambições pessoais e sociais devem ser realizadas. Desse modo, a deterioração da ordem é inevitável e as leis deveriam sanar os maus costumes da população para que essa corrupção não se prolifere. Todavia, as próprias legislaturas sustentam a desigualdade, respaldam o afastamento do povo da vida civil e sustentam a corrupção no interior da ordenação política.

Assim, a forma política necessária para combater a degradação das leis e dos costumes deve ser imposta de acordo com as possibilidades que a ocasião proporcione, visto que os regimes políticos devem ser adequados à sociedade civil do mesmo modo que as leis aos costumes. Em uma dinâmica de expressividade e repressividade, a ambição humana pode tanto favorecer a liberdade civil em direta oposição às intenções tirânicas, quanto promover interesses particulares que deteriorem a ordem civil (Breschi, 1988, p. 730). Maquiavel, portanto, expõe que diante de uma profunda corrupção – política, moral, religiosa e cultural – a degradação das formas civis não necessariamente resulte em tirania, sem quaisquer impedimentos para um governo monárquico que preserve a liberdade e retorne a cidade a seus princípios norteadores a partir de uma *Virtù* individual. Assim, em uma "república mista", boas leis e bons costumes produzem uma *Virtù* a partir das diversas ambições no tecido social em conflitos dinâmicos que busquem a satisfação dos humores. Por outro lado, o crescimento individualizado e particularizado dos setores sociais indica elementos destrutivos incontrolláveis da ordenação social (Breschi, 1988, p. 732-737).

Nicola Badaloni propõe, inicialmente, uma distinção entre as abordagens teóricas a partir das ideias de Maquiavel e uma leitura histórica que enfatize as ideias filosóficas significantes que são vistas como uma resposta valiosa na grande variedade de situações. Assim, o pensamento humanístico e renascentista é apresentado pelo autor em suas concepções antropológicas por: uma combinação de relações naturais em que concepções astrológicas, demiúrgicas, espirituais e naturalistas são combinadas em múltiplos discursos; a centralidade da utilidade individual e social enfatiza a praticidade do pensamento; a influência do mundo

exterior nas concepções e nas ações humanas reverbera em manifestações mágicas e técnicas nas diversas áreas, e.g., medicina, jurisprudência, teologia e filosofia. Expõe o autor pontos de vistas contrastivos entre algumas propostas do humanismo cívico e o pensamento de Maquiavel, e.g., Leonardo Bruni e Giovanni Pontano. Na leitura de Badaloni, Bruni sustenta que a virtus é uma exemplificação da potência humana e, portanto, justifica a acumulação de riquezas e a liberdade adquirida em Florença. Por sua vez, Pontano assevera que as Artes sejam o instrumento necessário para a restauração da felicitas. Todavia, Maquiavel aponta como as possíveis "manipulações" das concepções de natureza humana são utilizadas como modos de "construção social" (Badaloni, 1969, p.707). Assim, a virtus não está alocada preferencialmente nas Artes, na filosofia, nos ideais religiosos, mas na experiência política daqueles que fundam e reformam as ordenações civis em suas inerentes batalhas contra a corrupção.

Apresenta Badaloni, assim, um entendimento holístico do que seja o humano em suas condições naturais, sociais e espirituais na renascença, acentuando os discursos a respeito da natureza humana nos debates políticos. Em uma leitura em diálogo com a dialética materialista, o autor delinea a corrupção em Maquiavel como fruto de uma desigualdade excessiva em que um "retorno idílico" ao passado sustenta-se em discursos que visem a reformulações e a restituições dos princípios dos regimes estabelecidos (Badaloni, 1969, p. 689-690). Desse modo, a alta desigualdade entre os estratos sociais propicia a cristalização da corrupção em oposição às cidades "livres e não corruptas" em que as riquezas, as magistraturas e os domínios políticos são acessíveis (p. 703). Desse modo, o autor salienta as distinções feitas por Maquiavel às tradições do humanismo cívico, sobretudo ao salientar a ineficácia de uma proposta de paz na ausência de guerras e de conflitos internos, mas também para os discursos em que a liberdade poderia ser assegurada pelo domínio dos estratos mais altos da sociedade e, conseqüentemente, pelos mais virtuosos (p.703). O autor constata ainda que as distorções "ideológicas" sobre o que seja a virtus, corrobora uma naturalidade dos estratos sociais, mascarando as marcas "trágicas" da inserção humana nos mundos naturais e sociais que serão evidenciadas por Maquiavel (p.705). Desse modo, o retorno proposto aos antigos, valorizando o conflito entre os diferentes níveis do estrato social como meios para a obtenção da liberdade, seria um mecanismo utilizado por Maquiavel para a inserção da "condição histórica" nas práticas humanas (p. 708). De fato, a desigualdade excessiva, os luxos demasiados, o enfraquecimento civil devido aos ritos religiosos, a apatia pessoal que impeça a ação civil são altamente criticados em todo o corpus Maquiaveliano.

Todavia, deve ser salientado que as desigualdades não são, necessariamente, eliminadas, tendo cada parcela da população a premência de satisfação e, em alguns casos, as benesses materiais e o acesso às magistraturas são meras aparências⁵⁴.

Ao considerar as coisas humanas sempre em movimento e a circularidade da história, a dissolução e a transformação dos regimes políticos possuem grande relevo nos argumentos de Maquiavel. Domenico Taranto, enfatizando a satisfação dos humores nas diferentes camadas sociais, ressalta a combinação aparentemente paradoxal entre um retorno aos princípios norteadores dos regimes e o imperativo de agir de acordo com os novos tempos. Desse modo, atestado pelos escritos históricos e pelas experiências modernas, a instabilidade e mutabilidade das instituições são tidas como evidências. Por sua vez, na criação de um "campo cultural ideal" – entendido como um grau zero teórico (Taranto, 2001, p. 43-47) –, as leis, as armas, a religião e os costumes compõem um ethos civil a cultivar a Virtù (Taranto, 2001, p. 55-56). Todavia, em todos esses níveis existem desagregações sociais resultantes de interesses privados, os quais propiciam o aumento da desigualdade.

Maquiavel, portanto, diferentemente de um pensamento aristocrático ortodoxo entende que as alterações inerentes às ordenações civis podem propiciar tanto a restauração quanto a ruína da ordem pública. A desestabilização dos modos e das ordens corrompidos é uma condição sem a qual um retorno aos princípios norteadores de uma sociedade não ocorre; por outro lado, a degeneração das leis e dos costumes por motivos privados propicia o surgimento de facções, conseqüentemente, o aumento da desigualdade, a diminuição da liberdade e o enfraquecimento da sociedade. Assim, a Virtù sustenta-se em respostas adequadas aos tempos e as necessidades mediante sanções civis, morais, militares, culturais e religiosas. Desse modo, na dinâmica existente entre a ambição humana que incentive a Virtù, a ordem e a liberdade e aquela que introduza fraquezas civis, corrupções e submissões (Taranto, 2001, p. 49-52), as leis e os costumes estão interconectados tanto na ordenação quanto na dissolução civil.

Ao analisar os conflitos civis como meios de obter e sustentar a liberdade das cidades, Marie Gaille destaca os pontos de vista incompatíveis no tecido social que não podem ser reconciliados ou harmonizados. Nas leituras dos textos de

⁵⁴ As diferentes formas de regimes e suas adequações a contextos específicos requerem satisfações de todas as parcelas da população, as quais não necessariamente significam um acesso genuíno às decisões da cidade, mas podem resultar na criação de estruturas civis que mantenham as aparências de acesso às magistraturas, conforme a proposta apresentada por Maquiavel em seu famoso *Discursus Florentinarum Rerum* (de Assis, 2019).

Maquiavel emergem transições históricas, mudanças de regimes e também a inevitabilidade das disputas civis devido às ambições humanas (Gaille, 2006, p. 279-281). Assim, a ordem estabelecida em defesa da liberdade não pode ser consequência de um processo sistemático e ordenado, mas por variadas condições oriundas das necessidades circunstanciais de acordo com os regimes e com as materialidades disponíveis para a efetivação da unidade civil. Esses argumentos desvelam a constante batalha pela liberdade na inserção da Virtù, em confrontos contínuos contra a corrupção e as desuniões civis que evitem uma submissão a forças externas. Tais ações exigem ambiguidades e ambivalências nos discursos, nas ações e nos textos para adequadamente serem efetivos nas circunstâncias de execução (Gaille, 2018, p. 90-111).

A ATUALIDADE DAS REFLEXÕES DE MAQUIAVEL EM TORNO DA CORRUPÇÃO

As ambiguidades e as ambivalências do poder executivo nos Estados Nacionais modernos, em regimes que simultaneamente sustentem a liberdade nas instituições políticas e apoiem a coerção das leis – em discursos que apoiem subordinação às legislaturas locais e defendam uma atuação executiva em níveis que as próprias leis não conseguem operar (Mansfield, 1989, xviii-xix) –, ressaltam a relação entre os costumes sociais e as sistematizações legislativas, assim também a relevância dos conflitos sociais que satisfaçam os humores de todos os estratos da população em defesa da liberdade. Todavia, os diversos estudos contemporâneos sobre a corrupção salientam ações que priorizam ganhos pessoais mediante danos ao erário público, prejuízos ao mercado financeiro ou desvios a variadas normas sociais estabelecidas. Desse modo, a exemplo do visto no corpus de Maquiavel, a corrupção atinge todas as institucionais políticas, e.g., nas legislaturas, nos parlamentos, no governo, na burocracia pública e nas várias magistraturas, mas também diversos setores da sociedade.

A corrupção, entendida como desvios e desagregações dos sistemas normativos, desvirtua os sistemas de representatividade política, cria discriminações ao acesso das magistraturas, promove lutas constantes no interior das elites, favorece o domínio estrangeiro em nações nas quais a inércia política é uma resultante. Tais fatores são similares às práticas constatadas por Maquiavel, tornando seu pensamento relevante para as discussões sobre os regimes políticos e os modos pelos quais a corrupção se manifesta. Destacam-se as interligações entre os costumes sociais e as atuações civis; as funcionalidades e as disfuncionalidades da corrupção; e os combates a seus malefícios.

De maneira similar às propostas de Maquiavel que buscava reintroduzir a Virtù mediante os múltiplos ritos religiosos e as variadas manifestações sociais que infundissem amor à pátria, as diversas manifestações normativas que são apresentadas no tecido social são analisadas em um livro da série *Political Corruption and Governance*. Esses estudos consideram os impactos da corrupção na vida dos indivíduos, na coletividade social e nas práticas dos regimes democráticos contemporâneos. Desse modo, apresentam como normas sociais diversas, i.e., hábitos, religião, entretenimento, condicionam nossa percepção sobre a corrupção e seus efeitos (Kubbe e Engelbert, 2018). Por outro lado, a obtenção de ganhos pessoais para a satisfação de interesses privados às custas da coletividade é uma recorrência dos estudos da ideia de corrupção na história. Bruce Buchan e Lisa Hill, por exemplo, estudam as noções de corrupção na antiguidade, no medievo, na renascença e no início do período moderno e apresentam a recorrência das seguintes características: a utilização de instituições públicas para benefícios particulares; associação com uma degeneração moral ou espiritual. As interrelações entre as esferas individuais e coletivas são destacadas, sobretudo no conflito entre abordagens legalistas e as discussões das normas implícitas, mas a ideia de uma perda ou a piora de uma determinada situação é acentuada (p. 3-8). Os autores descrevem como as propostas políticas e econômicas com tendências neoliberais buscam analisar a corrupção como um terrível obstáculo para o desenvolvimento global e local, devido ao aumento do custo e a proporcional redução do lucro, mas também ao enfraquecimento da confiança pública.

O grande escopo de análise para a corrupção possibilita uma distinção entre as características físicas, morais e a mudança de um estado originário em suas constantes interconexões nas contextualizações históricas e sociais necessárias (Heidenheimer e Johnston, 2007, p. 7). Desse modo, os ganhos privados às custas dos bens coletivos são vistos em relações coletivas mínimas, nas magistraturas dos Estados Nacionais e também nos mercados financeiros, resultando em uma discussão a respeito de quais são as normas a serem seguidas para a sustentação de critérios claros de análise (Heidenheimer e Johnston, 2007, p. 7-12). Não se trata apenas de benefícios monetários obtidos, mas a presença de danos significativos em todas as partes do sistema civil. Nesse contexto, Carl Friedrich diagnostica uma corrupção endêmica em todas as formas dos atuais regimes democráticos (Friedrich, 2007, p. 16-20), salientando os usos e abusos dos poderes quando esses são expostos publicamente e a necessidade de uma observação crítica a respeito dos contextos históricos em que essas práticas de corrupção são estudadas.

Conclui, todavia, salientado que se trata de uma "patologia política" e não uma "degeneração global" (p. 21-22).

Ao problematizar sobre as dificuldade em definir corrupção, John Gardiner assevera a multiplicidade de características sociais, políticas e históricas envolvidas (2007, p. 25-29); as distinções existentes entre as autoridades públicas, o senso comum da população e as reflexões intelectuais; constata ainda as distintas concepções em diferentes países. Discute, portanto, os desvios dos funcionários públicos para ganhos pessoais, mas também os abusos corroborados pelas legislaturas particulares, as fraudes e desperdícios do mercado financeiro, assim também os diferentes tipos de organizações criminosas inseridas nas práticas oficiais. Diante desse vasto cenário de atuação, não são surpreendentes as interfaces entre as definições legais e as concepções públicas, sobretudo como essas não são dicotômicas, mas, ao contrário, remetem às discussões centrais sobre comportamentos civis e a criação de normas públicas. Notam-se ainda as mudanças ocorridas devido a casos concretos de corrupção, mas também resultantes das reações públicas a escândalos e outras formas de exposição na esfera pública (Gardiner, 2007, p. 29-36). Por fim, nações diferentes possuem distintas definições e diferentes relações com a opinião pública e as legislaturas vigentes, visto que atos similares possam resultar em efeitos distintos e percepções díspares. Nesse contexto, há modos e níveis distintos de aceitação ou de rejeição de práticas consideradas corruptas em algumas normatizações (p. 36-38). Assim, algumas nações podem acreditar que atos enquadrados em uma definição de corrupção, em organismos internacionais ou em sistemas legais similares sejam atos necessários para o bem de uma sociedade e a única forma de subsistência. Acredita o autor que essas práticas sejam prevalentes em países com extrema pobreza, onde existam modos discriminatórios de acesso ao poder ou existam leis repressivas (p.39).

Gianfranco Pasquino define Corrupção como uma ação em que um funcionário público busca obter favor para si ou para terceiros mediante um comportamento ilegal em oposição aos padrões normativos de um sistema. Consideram-se três formas de corrupção como as mais recorrentes: recompensa para mudar a opinião do funcionário; nepotismo; peculato por desvio ou apropriação de recursos públicos para usos privados. Entende o autor, portanto, que a corrupção deve ser observada no âmbito da legalidade, não da moralidade e dos costumes sociais. Distinguem-se as práticas de corrupção e de coerção, destacando-se ainda os contextos nos quais o uso da violência passa a ser muito

custoso. Todavia, ambas as ações são vistas como meios de exercer influência privada e pública, ainda que de maneira ilícita, ilegal e ilegítima.

Pasquino destaca os seguintes meios pelas quais a corrupção é utilizada: na elaboração das decisões judiciais, parlamentares e governamentais; na utilização da norma pública para a obtenção de objetivos particulares, ao promover isenções e atos favoráveis que não estejam inicialmente prescritos; na tentativa de fugir das consequências legais de transgressões legalmente estabelecidas. Conclui, desse modo, que a corrupção, manifesta nessas três considerações listadas, pode ocorrer nas legislaturas, nos parlamentos, no governo, na burocracia pública e nas várias magistraturas. Assim, deduz-se que há uma proporcionalidade direta entre a institucionalização e a corrupção, visto que para Gianfranco Pasquino quanto maior a atuação do setor público, maiores são as oportunidades de atos corruptos ocorrerem.

Atesta Pasquino ainda que, em sociedades com sistemas representativos imperfeitos, nos quais são nítidas as discriminações daqueles que podem efetivar o poder de decisão, a corrupção tende a ser maior, visto que as elites locais, ao se sentirem ameaçadas, tendem a recorrer a todos os meios para a permanência no poder. Em sociedades de massas em âmbito global, as relações entre populares e a elite apresentam variações locais importantes ao se analisar a corrupção: por um lado, se ela for aceita em diversos níveis sociais, a corrupção pode não ser entendida como algo disfuncional, mas como uma oportunidade para "melhorar o funcionamento do sistema e para o tornar mais expedito ao desbloquear certas ações" (Pasquino, 2004, p.293); por outro lado, se corrupção for apenas usada para uma manutenção de privilégios, há o risco de uma reação das massas ou o surgimento de uma apatia política; por fim, quando os corruptores ou beneficiários forem externos ao "sistema político nacional", casos destacados no colonialismo e no neocolonialismo, o uso da corrupção pode acarretar tensões e embates entre as elites locais.

Assim, Pasquino considera a corrupção um "fator de desagregação do sistema" (2004, p.292), a qual pode ser usada como um paliativo, mas que, em longo prazo, torna-se prejudicial por favorecer zonas específicas do desenvolvimento de um sistema político (p.293). Conclui, nesse contexto, que a corrupção pode surgir em sistemas ainda não institucionalizados ou em formas mais estáveis da ordenação social ao influir nas decisões públicas e gradativamente minar o próprio processo de sistematização ao ferir a legitimidade das práticas institucionais e seus modos de atuação.

Seumas Miller sintetiza as visões de Platão, Aristóteles, Maquiavel e Montesquieu sobre o tema da corrupção nas ações dos governantes políticos que se utilizam das instituições sociais para satisfazer seus interesses particulares ou de uma determinada parcela da população. Por outro lado, salienta que as variadas formas de institucionalização, públicas e privadas, apresentam exemplos de corrupção quando normas são ignoradas para benefícios particulares. Esses casos não necessariamente envolvem instituições governamentais, mas podem perpassar comércio, esportes e a academia. Assim, a corrupção pode ser vista como um fenômeno extremamente diverso que assume uma multiplicidade de formas nos diferentes processos de institucionalização que possuímos na sociedade, ao transgredir normas legais ou morais (Miller, 2018). Ponderam-se as relações entre hábitos, costumes e os processos legislativos, distinguindo níveis estruturais de corrupções institucionais e também diferenciando-as de corrupções individuais, além de seus efeitos corrosivos em todo o tecido social (Thompson, 2013, p. 6-13). Lawrence Lessing, por sua vez, inicialmente discutindo o poder executivo dos Estados democráticos assevera a existência de uma corrupção dependente (*dependence corruption*) em que aqueles que se apresentam para as magistraturas são financiados por interesses privados e, portanto, o resultado requer aceitação popular, mas essa pode ser vista apenas como um meio de legitimar uma decisão dentre possibilidades previamente organizada por uma elite (Lessing, 2013, p.1-14). Em ambos os casos, a relevância do pensamento de Maquiavel para o debate contemporâneo sobre o tema é manifesta: a multiplicidade de formas pelas quais a corrupção se apresenta requer uma diversidade de métodos para combater e deter seus malefícios; as boas leis, os bons costumes e as boas armas são meios de reinserir valores cívicos que permitam o combate da dissolução da ordem civil em seus variados níveis de atuação; a inevitável deterioração dos regimes, em especial a proposta republicana, requer constante vigilância para que a ordem civil seja restaurada continuamente de acordo com seus princípios norteadores, preservando a liberdade mediante conflitos entre as distintas estratificações sociais para a satisfação dos humores.

John Girling constata ambiguidade e ambivalência nas propostas democráticas e capitalistas dos Estados Nacionais, sobretudo diante da tensão existente entre a demanda de uma consulta à maioria e a prevalência dos desejos individuais. Assim, a exemplo do observado no corpus Maquiaveliano, a corrupção não se restringe a um desvio institucionalizado no sistema legislativo, mas perpassa todos os níveis da sociedade – econômicos, políticos e culturais –,

atuando em todos os membros da sociedade diante da incompatibilidade das práticas econômicas – as formas de Capitalismo – e os regimes democráticos. Ao manter ambas as propostas (ambivalência) em variadas situações específicas em que análises e prevalências de umas dessas considerações são proeminentes (ambiguidade) desvios são necessários: à ordenação do regime político, ao priorizar o ganho particular em detrimento do bem estar público, ou às normatizações capitalistas, ao enfatizar decisões executivas, políticas e sociais ao invés da produção de mercadoria.

Assim, argumenta Girling que a corrupção é um problema social – com repercussões econômicas, políticas ou institucionais. Define três estágios: na incompatibilidade estrutural que insere o desvio de normas nos próprios meios de subsistência do sistema; nos distintos meios de adaptações e acomodações para que a proposta ao menos funcione parcialmente na satisfação de interesses públicos e privados; se há a prevalência dos interesses privados, a corrupção atinge os mais altos níveis. Desse modo, diante da inevitabilidade da corrupção no sistema democrático capitalista, existem circunstâncias em que é possível argumentar sobre uma corrupção funcional, a superar estruturas rígidas e burocráticas de governo (Girling, 1997, p. 42-85); por outro lado, os efeitos de uma corrupção disfuncional são devastadores para a sociedade, criando ressentimentos, descréditos nas instituições, elementos econômicos arbitrários e, por fim, crises que degradam o regime (p. 86-118); por fim, os efeitos nefastos da corrupção pode propiciar o crescimento de associações, corporações e relações pessoais normativas que combatam essa deterioração (p.119-149). Os paralelos com as análises de Maquiavel às terras itálicas são evidentes: a corrupção consome a ordem estabelecida pelo conflito dos estratos sociais; pode assumir uma característica positiva quando possibilita a refundação de uma ordenação civil; também possui contornos extremamente negativos ao desestabilizar o funcionamento social, aumentar a insatisfação popular, deslegitimar o poder político, reduzir o entusiasmo cívico; por fim, o combate aos efeitos nocivos da corrupção é possível por constantes renovações nas legislaturas para refundar a ordem civil.

REFERÊNCIAS

BADALONI, Nicola. Natura e società in Machiavelli. *Studi Storici* v.10, n.4, 1969, p. 675-708.

BALESTRIERI, Giovanni. Corruzione. In: *Enciclopedia Machiavelliana* (2014). Acesso https://www.treccani.it/enciclopedia/corruzione_%28Enciclopedia-machiavelliana%29/ 31 de Março de 2021, 23:47

BIGNOTTO, Newton. *Maquiavel Republicano*. São Paulo: Loyola, 1991.

BIGNOTTO, Newton. *Maquiavel*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

BRESCHI, Ricardo. Il concetto di "Corruzione" nei "Discorsi sopra la prima deca di Tito Livio". *Studi Storici* v. 29, n.3, 1988, p. 707-735.

BUCHAN, Bruce e HILL, Lisa. *An Intellectual History of Political Corruption*. New York: Palgrave, 2014.

de ASSIS, Jean. A Questão Maquiavélica e as Diferentes Formas de Governo na Ordenação do Stato: Uma Leitura do Discurso Sobre Il Riformare Lo Stato di Firenze. *Pensando – Revista de Filosofia* v.10, n. 21, 2019, 108-122.

FARIA, Ernesto. *Dicionário Escolar Latino-Português*. Rio de Janeiro: Campanha Nacional de Material de Ensino, 1962.

FRIEDRICH, Carl. Corruption Concepts in Historical Perspectives. In: Heidenheimer, Arnold e Johnston, Michael. *Political Corruption: Concepts and Contexts*. New Brinswick, 2007, p. 15-24

GAILLE, Marie. Machiavel, penseur de l'action politique. In: Gaille Marie; Ménessier, Thierry (Ed.). *Lectures de Machiavel*. Paris: Ellipses, 2006, p. 259-292.

GAILLE, Marie. *Machiavelli on Freedom and Civil Conflict: An Historical and Medical Approach to Political Thinking*. Leiden: Brill, 2018.

GARDINER, John. Defining Corruption. In: Heidenheimer, Arnold e Johnston, Michael. *Political Corruption: Concepts and Contexts*. New Brinswick, 2007, p. 25-40.

GIRLING, John. *Corruption, Capitalism and Democracy*. London: Routledge, 1997.

HEIDENHEIMER, Arnold e JOHNSTON, Michael. *Political Corruption: Concepts and Contexts*. New Brinswick, 2007

KUBBE, Ina e ENGELBERT, Annika (ed.). *Corruption and Norms: Why Informal Rules Matter*. Cham: Palgrave, 2018.

LESSIG, Lawrence. *Institutional Corruptions*, Edward J. Safra Working Papers n.1. Cambridge: Harvard University, 2013.

MACHIAVELLI, Niccolò. *Tutte le opere di Niccolò Machiavelli a cura di Francesco Flora e di Carlo Cordiè*. 2 volumi. Milano: Arnoldo Mondadori Editore, 1949.

MANSFIELD, Harvey. *Taming the Prince: The Ambivalence of Modern Executive Power*. New York: The Free Press, 1989.

MÉNESSIER, Thierry. Corruption, Virtue and Republic in Machiavelli's Work. *South-East European Journal of Political Science* v.1, n.4, 2013, p. 51-60.

MÉNESSIER, Thierry. *Machiavel: Ombres et lumières du politique*. Paris: Ellipses, 2017

MILLER, Seumas. "Corruption", *The Stanford Encyclopedia of Philosophy* (Winter 2018 Edition), Edward N. Zalta (ed.), URL = <<https://plato.stanford.edu/archives/win2018/entries/corruption/>>. Acesso em 1 de Abril de 2021, às 19:48.

PASQUINO, Gianfranco. Corrupção. In: Bobbio, Norberto. et alli. *Dicionário de Política*. Brasília: UnB, 2004, p. 291-293.

PLATÃO. *A República*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbekian, 2014.

POCOCK, J.G.A. *The Machiavellian Moment: Florentine Political Thought and the Atlantic Republican Tradition*. Princeton: Princeton University Press, 2003.

TARANTO, Domenico. Sur La Corruption chez Machiavel: Temporalité et Espace Privé. In: Gérald, Sfez et alli (ed.). *L'enjeu Machiavel*. Paris: PUF, 2001, p. 41-57.

THOMPSON, Dennis. *Two Concepts of Corruption: Individual and Institutional*. Edward J. Safra Working Papers n.16. Cambridge: Harvard University, 2013.